

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 25 DE MARÇO DE 2024

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de dois mil e vinte e quatro, na Igreja da Misericórdia, em Santarém, pelas dezoito horas, reuniu, em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária, nos termos que o Compromisso prevê, presidida pelo Irmão Eng.º Hermínio Paiva Fernandes Martinho, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, secretariado pelos Irmãos Eng.º Nuno Tiago dos Santos Russo e Eng.º João Carlos Véstia Arsénio, a fim de ser posto à consideração e votação dos Irmãos, o conteúdo da Convocatória, datada de oito de Março de dois mil e vinte e quatro, cuja Agenda de Trabalhos é a seguinte: -----

- 1) **Análise, discussão e votação do Relatório e das Contas referentes ao exercício de 2023;** -----
- 2) **Apreciação e homologação do ajustamento ao Organograma para cumprimento dos termos compromissórios, conforme deliberação unânime da Mesa Administrativa de 14 de Fevereiro de 2024;** -----
- 3) **Diferentes assuntos de interesse para a Misericórdia de Santarém.** -----

O Presidente da Mesa deu início à Assembleia quando eram dezoito horas, com trinta e seis Irmãos presentes, os quais saudou e a quem agradeceu a presença. Propôs um minuto de silêncio, que foi respeitado, em memória da Irmã Maria do Carmo Vaz Lopes Machado, de cujo falecimento se teve conhecimento após a última Assembleia Geral e informou que por indisponibilidade da sua presença, o Irmão Dr. Gonçalo Eloy emitiu procuração com poderes de representação no Irmão Dr. João Sanches Peres.

O Presidente da Mesa leu a Ordem de Trabalhos e passou à Ordem de Trabalhos, dando a palavra ao Irmão Provedor, Doutor José Miguel Correia Noras, para apresentação do: -----

Ponto um: Análise, discussão e votação do Relatório e das Contas referentes ao exercício de 2023 -----

Antes da apresentação, informou que foram colocados à disposição dos Irmãos na Secretaria da Misericórdia, conforme estipula o n.º 4 do artigo 30.º do Compromisso, e ainda no Portal da SCMS, em www.scms.pt, as Contas de Gerência e restantes documentos, e de seguida, fez uma breve introdução sobre as atividades e contas, e atendendo que a gestão do exercício económico em análise, não era da atual Mesa Administrativa, mas que estava por dentro de toda situação económica e financeira da Instituição. Sublinhou que os documentos apresentados cumprem escrupulosamente os normativos legais aplicáveis, adiantando que o pesado deficit nele espelhado não pode deixar de ser visto desinserido da gravosa crise internacional, pautada pela pandemia e pelas guerras, bem como por um desmesurado aumento de preços. Solicitou, de seguida, ao Diretor Administrativo e Financeiro, Dr. José Luís Mota, que efetuasse a apresentação das Contas. -----

Através da Demonstração de Resultados por Naturezas, fez referência ao resultado líquido negativo apresentado (-576.244,68) o que, comparativamente com o ano anterior, se traduz num aumento de 76.990,07€, que foram analisados de seguida, através das estruturas de Rendimentos e Gastos: -----

RENDIMENTOS: -----

O total de **Rendimentos** regista o valor de **6.013.489,11€**, e comparativamente com o ano anterior, teve um **aumento** em valor de **217.782,99€**, que representa um acréscimo de **3,76%**, justificado principalmente pela **variação** das seguintes contas: -----

- **Vendas e serviços prestados** = em valor **164.239,34€**; em percentagem **8,89%**. -----
- **Subsídios, doações e legados à exploração** = em valor **35.262,28€**; em percentagem **1,07%**. -----
- **Outros rendimentos (exploração património)** = em valor **10.645,89€**, em percentagem **2,57%**. -----

GASTOS: -----

O total de **Gastos** regista o valor de **6.589.733,79€**, e comparativamente com o ano anterior, teve um **aumento** em valor de **294.773,06€**, que representa um acréscimo de **4,68%**, justificado principalmente pela **variação** das seguintes contas: -----

- **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** = em valor **78.358,30€**; em percentagem **8,29%**. -----
- **Fornecimentos e serviços externos** = em valor **-222.703,29€**; em percentagem **-20,37%**. Esta diminuição de gastos resulta essencialmente das contas de **eletricidade** e **combustíveis**. -----
- **Gastos com pessoal** = em valor **381.476,82€**; em percentagem **9,28%**. É a conta com o maior peso na estrutura de gastos (**68%**). Os aumentos aplicados no exercício em análise foram de **7,8% para o salário mínimo nacional** e **4% para o restante pessoal**. -----
- **Gastos de depreciação e amortização** = em valor **35.612,49€**; em percentagem **29,72%**. -----
- **Juros e gastos similares** = em valor **13.805,67€**; em percentagem **320,11%**. O acréscimo diz respeito ao empréstimo da “Linha de Apoio COVID 19”. -----

Através do Balanço em 31/12/2023, contata-se o seguinte: -----

ATIVO: -----

O total do **Ativo** regista um **decréscimo** de **942.173,60€**, e a “**Caixa e depósitos bancários**” é a rubrica que mais contribui para esse **decréscimo** com o valor de **631.022,56€**. -----

FUNDOS PATRIMONIAIS: -----

O total dos **Fundos patrimoniais** regista um **decréscimo** de **670.585,49€**, que tem origem nos **resultados de exploração negativos** da sua atividade. -----

PASSIVO: -----

O total do **Passivo** regista um **decréscimo** de **271.588,11€**, resultante da diminuição dos valores de **Diferimentos, Fornecedores e Financiamentos obtidos**. -----

Apresentou ainda um quadro resumo com todas as Respostas Sociais e Outras Atividades com os totais de rendimentos e gastos, e respetivo resultado líquido. -----

Após a apresentação das Contas, o Irmão Presidente da Mesa da Assembleia solicitou aos Irmãos a apresentação das suas sugestões ou dúvidas. -----

O Irmão Eng. Vítor Silva Labrincha solicitou a palavra para referir que as contas apresentam resultados negativos desde o ano de 2011, e quando isso não aconteceu, foi porque se deveu a factos extraordinários, ou seja, a ocorrência de alienação de património ou recebimento de donativos, e caso estes factos não ocorressem, os resultados líquidos negativos acumulados, incluindo o exercício económico atual, seriam de cerca de 2.700.000,00€. Manifestou ainda a sua preocupação com os fluxos de caixa, uma vez que existe uma elevada dependência da ocorrência dos referidos factos extraordinários. -----
Referiu ainda que deveria haver uma maior abertura da Misericórdia ao exterior, incentivando a participação dos Irmãos na vida ativa da Instituição. -----

O Irmão Eng. Rocha Pinto solicitou a palavra, para mostrar também a sua preocupação com a situação económica e financeira da Instituição, que apelidou de “doença das contas”, adiantando mesmo que a SCMS é que “estava doente”. Exortou o Provedor a tomar as medidas necessárias, por mais graves que sejam, “cortando onde houver a cortar, a fim de salvar a Misericórdia de Santarém”. A este propósito, o Irmão Provedor deu conta de medidas já adotadas e da firme convicção de que, à semelhança do que já se verificou nos dois primeiros meses do ano, também em Março surgem sinais encorajadores dessa recuperação. -----

O Irmão Eng. Fernando Bernardes da Silva interveio para questionar os resultados apresentados pelas Respostas Sociais e Outras Atividades, e se os critérios de imputação de gastos estariam corretos, tendo o

Diretor dos Serviços Administrativos e Financeiros explicou os critérios das várias imputações aplicadas pelos serviços de apoio da Instituição. -----

Como não foram apresentadas mais sugestões ou dúvidas, o Presidente da Assembleia solicitou à Revisora Oficial de Contas para proceder à leitura da Certificação Legal de Contas, o que foi feito, tendo ainda explicado que o documento havia sofrido algumas alterações na forma, devido à atual dependência dos Revisores à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), referindo ainda que o departamento de Recursos Humanos carece alguns ajustes. Adiantou ainda que face às candidaturas apresentadas ao PRR se deveriam observar os procedimentos de contratação pública, controlo mais assertivo dos valores pendentes da classe “Devedores”, bem como dos valores dos utentes à guarda da Misericórdia de Santarém e ainda o levantamento físico/atualização do cadastro do imobilizado. Reafirmou a necessidade de corte nas despesas com pessoal, que considerou deveras excessivas, tendo afirmado que os funcionários ganham muito na SCMS. -----

Tendo tomado a palavra, o Irmão Provedor declarou não alinhar no “coro segundo o qual os funcionários ganham muito”. Adiantou mesmo que, em seu entender, os funcionários, na sua generalidade, “ganham pouco e mal”. Questão diferente é o volume global dos encargos gerais com pessoal, no seu todo, o que se aproximou de quatro milhões e meio de euros, insistindo, contudo, que nenhum funcionário se “auto-admitiu”. Esta situação levará a um estudo profundo e será enquadrada no plano estratégico em preparação. -----

Após a leitura da Certificação Legal de Contas, convidou o Irmão Presidente do Conselho Fiscal, Dr. João Sanches Peres, a ler o Parecer daquele Órgão, sobre o Relatório e Contas de Gerência do ano de 2023, o que foi feito. -----

O Irmão Presidente da Mesa solicitou a intervenção dos Irmãos para apresentarem os seus pedidos de esclarecimentos ou dúvidas e dado que não houve intervenções, submeteu a votação o Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2023, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, tendo sido aprovados por maioria com uma abstenção, passando de seguida ao ponto seguinte da Convocatória, ou seja: -----

Ponto dois: Apreciação e homologação do ajustamento ao Organograma para cumprimento dos termos compromissórios, conforme deliberação unânime da Mesa Administrativa de 14 de Fevereiro de 2024 ----

O Irmão Presidente da Mesa informou que o documento relativo a este ponto da Ordem de Trabalhos não foi disponibilizado no site institucional, pelo que iria proceder à leitura do mesmo, e que abaixo se transcreve: -----

“No decurso da reunião da Mesa Administrativa do pretérito dia 14 de Fevereiro «foi deliberado por unanimidade compatibilizar o organograma com o mesmo Compromisso, uma vez que não o respeita, ao omitir o Provedor em tão importante documento, ignorando os termos compromissórios que determinam as competências próprias do Provedor, pelo que deverá estar inserido no organograma da Misericórdia o termo “Provedor” logo a seguir à “Mesa Administrativa”. Independentemente de estar em curso o processo de profunda alteração do citado organograma, esta correção pontual assume carácter de premência, porquanto é o Compromisso que prevalece sobre o organograma e este não pode estar em desconformidade com aquele estatuto que tem prevalência no plano da hierarquia regulamentar», conforme respectiva acta.

No seguimento desta deliberação, que deu cumprimento ao estabelecido no Compromisso da SCMS, todas as Unidades e Serviços transversais respondem directamente perante o Provedor que, por sua vez, reportará à Mesa Administrativa e esta à Assembleia Geral da Irmandade, nas matérias que excedam as competências próprias atribuídas ao Provedor e à referida Mesa.

As funções de coordenação geral incidirão sobre a componente técnica das diferentes respostas sociais. Por sua vez, a Direção de Coordenação dos Recursos Humanos, o Departamento de Serviços

Administrativos e Financeiros, Serviços de Património Histórico-cultural e o Gabinete Jurídico reportarão aos Mesários titulares de cada Pelouro.

Santarém, 14 de Fevereiro de 2024.

O Provedor,

Doutor José Miguel Correia Noras”

Após a leitura do referido documento, o Irmão Provedor interveio para explicar a apresentação do documento em Assembleia Geral seria simplesmente para a sua homologação, para a sua compatibilização com o Compromisso. Adiantou que, verdadeiramente, se trata de competência da Mesa Administrativa, como dispõe o n.º 8 do artigo 35.º “Organizar o quadro de pessoal [...]”. Após a explicação, o Presidente da Mesa perguntou se algum dos Irmãos presentes tinha alguma dúvida ou questão em relação ao mesmo, e como nenhum dos presentes se manifestou, submeteu a votação a homologação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Irmão Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, ou seja: -----

Ponto três: Diferentes assuntos de interesse para a Misericórdia de Santarém -----

O Presidente da Assembleia, perguntou ao Irmão Provedor e aos restantes Irmãos presentes se havia algum assunto para ser presente à Assembleia, tendo havido solicitação do Irmão Provedor, que deu conta das candidaturas já apresentadas, quer no tocante à Creche, quer no aumento da capacidade da Unidade de Cuidados Continuados. Salientou os contatos com a tutela, tendo em vista a candidatura ao Fundo de Socorro Social, sem reembolso. -----

Finalmente, destacou o trabalho de equipa, coeso como é solidariamente desenvolvido pela Mesa Administrativa, tendo sublinhado os contributos recebidos dos funcionários, bem como do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral, destacando a prestimosa ajuda dos Irmãos Eng. Fernando Bernardes da Silva e Eng. Vítor Silva Labrincha. -----

E nada mais havendo a tratar, desejou uma Santa Páscoa aos Irmãos e deu por encerrada a Assembleia, quando eram vinte horas e dez minutos. -----





João Carlos Vêstia Araújo